

AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais
e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

AXS ENERGIA UFV GOIÁS SPE S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidadas

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Cotistas e Administradores da
AXS Energia UFV Goiás SPE S.A.
Florianópolis - SC

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas financeiras materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas financeiras adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas financeiras utilizadas e a razoabilidade das estimativas financeiras e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.




Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 27 de março de 2026.



BDO RCS Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SC 000202/F-1


Márcio Silva
Contador CRC 1 RS 078817/O-2 - S - SC

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	42	170	412	170
Fundo de liquidez	4	22.378	142.757	22.378	142.757
Créditos a receber	5	-	-	644	-
Tributos a recuperar	7	1.641	255	1.641	255
Outros ativos		220	3.346	220	3.346
Total do ativo circulante		24.281	146.528	25.295	146.528
Não circulante					
Partes relacionadas	6	479	728	238	728
Imobilizado	8	303.040	144.443	303.040	144.443
Direito de uso	9	22.387	21.924	22.387	21.924
Total do ativo não circulante		325.906	167.095	325.665	167.095
Total do ativo		350.187	313.623	350.960	313.623

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores		175	14	294	14
Empréstimos e financiamentos	10	-	-	-	-
Partes relacionadas	6	-	3.715	-	3.715
Passivo de arrendamento	9	2.705	395	2.705	395
Outros passivos		300	-	300	-
Total do passivo circulante		3.180	4.124	3.299	4.124
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	219.161	194.867	219.161	194.867
Partes relacionadas	6	20.575	82.950	21.229	82.950
Passivo de arrendamento	9	20.641	21.682	20.641	21.682
Total do passivo não circulante		260.377	299.499	261.031	299.499
Patrimônio líquido					
Capital social	11	88.530	10.000	88.530	10.000
Prejuízos acumulados		(1.900)	-	(1.900)	-
Total do patrimônio líquido		86.630	10.000	86.630	10.000
Total do passivo e patrimônio líquido		350.187	313.623	350.960	313.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do resultado
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	12	-	-	1.317	-
Custos dos serviços prestados	13	(641)	-	(942)	-
Lucro (Prejuízo) bruto		(641)	-	375	-
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	13	(47)	-	(673)	-
Despesas gerais e administrativas	13	(12)	-	(12)	-
Outras receitas (despesas)		-	-	-	-
Prejuízo operacional		(700)	-	(310)	-
Resultado financeiro	14				
Receitas financeiras		143	-	146	-
Despesas financeiras		(1.343)	-	(1.736)	-
		(1.200)	-	(1.590)	-
Prejuízo antes dos impostos		(1.900)	-	(1.900)	-
Prejuízo líquido do exercício		(1.900)	-	(1.900)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

AXS Energia UFV Goiás SPE S.A.



Demonstração do resultado abrangente
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo líquido do exercício	(1.900)	-	(1.900)	-
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	(1.900)	-	(1.900)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	-	-	-
Integralização de capital	10.000	-	-	10.000
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10.000	-	-	10.000
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	-	78.530	-	78.530
Prejuízo do exercício	-	-	(1.900)	(1.900)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	10.000	78.530	(1.900)	86.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do fluxo de caixa
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo do exercício	(1.900)	-	(1.900)	-
Itens que não afetam o caixa				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	1.417	-	1.417	-
Juros sobre mútuos	174	-	174	-
Depreciação	511	-	511	-
Amortização direito de uso	35	-	35	-
Juros sobre arrendamento	55	-	55	-
	292	-	292	-
Variações nos ativos e passivos				
Redução / (aumento) de créditos a receber	-	-	(644)	-
Redução / (aumento) de tributos a recuperar	(1.386)	(255)	(1.386)	(255)
Redução / (aumento) de outros ativos	3.125	(3.346)	3.125	(3.346)
Aumento / (redução) de fornecedores	161	14	280	14
Aumento / (redução) de partes relacionadas	6.713	13.211	7.606	13.211
Aumento / (redução) de outros passivos	636	-	638	-
	9.249	9.624	9.619	9.624
Caixa líquido das atividades operacionais	9.541	9.624	9.911	9.624
Fluxo de caixa das atividades investimentos				
Fundo de liquidez	120.380	(142.757)	120.380	(142.757)
Adição de imobilizado	(129.809)	(134.804)	(129.809)	(134.804)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(9.429)	(277.561)	(9.429)	(277.561)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aporte de capital	-	10.000	-	10.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	1.504	-	1.504	-
Captação de empréstimos, líquido dos custos	-	182.873	-	182.873
Captação de mútuos	-	77.026	-	77.026
Pagamento de arrendamentos	(1.744)	(1.792)	(1.744)	(1.792)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(240)	268.107	(240)	268.107
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(128)	170	242	170
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	170	-	170	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	42	170	412	170

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A AXS Energia UFV Goiás SPE S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima fechada, tendo iniciado suas atividades em 16 de maio de 2022, encontrando-se sediada no município de Água Fria de Goiás, GO, na Fazenda Polônia, GO 118, km 91, s/n, e tem como objetivo a locação e a gestão de usinas de minigeração solar fotovoltaica, podendo promover a locação de máquinas e equipamentos elétricos, painéis solares, entre outros.

A Companhia atua desenvolvendo projetos de implantação e operação de Usinas de Micro e Minigeração de Energia Fotovoltaicas (UFVs). Uma vez construída e estabelecida a UFV, a Companhia aluga os ativos de geração implantados nas UFVs para um Consórcio, compostos por pessoas físicas e jurídicas, consumidores de energia.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía 15 Usinas totalizando 36,5 MWac, tendo 3 Usinas conectadas e operando através das UFVs instaladas na matriz e em suas filiais:

UFV	Localização	MWac	Data da operação
UFV Abadiânia I	Abadiânia - GO	3,0	1
UFV Anápolis	Leopoldo de Bulhões - GO	2,5	1
UFV Anicuns	Anicuns – GO	2,0	Nov/25
UFV Araçu	Araçu - GO	2,5	1
UFV Bela Vista de Goiás I	Bela Vista de Goiás – GO	2,5	1
UFV Goianira II	Goianira – GO	2,5	1
UFV Goiatuba I	Goiatuba – GO	2,5	1
UFV Goiatuba II	Goiatuba - GO	2,5	1
UFV Heitoraí	Heitoraí – GO	2,5	Dez/25
UFV Itarumã	Itarumã – GO	2,5	1
UFV Itauçu	Itauçu - GO	2,5	1
UFV Montes Claros de Goiás I	Montes Claros de Goiás - GO	2,5	Set/25
UFV Mutunópolis I	Mutunópolis - GO	2,5	1
UFV Nova Crixás I	Nova Crixás – GO	2,5	1
UFV Paranaiguara	Paranaiguara – GO	1,5	1

¹em fase pré-operacional

1.1 Aprovação das demonstrações financeiras

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorrerá na reunião de diretoria a ser realizada no dia 30 de março de 2026 e será aprovada em Assembleia do Conselho de Administração em data posterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo.

2.1 Base de preparação

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras.

As informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor mais próximo.

2.3 Base de consolidação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que a Companhia obtém seu controle. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar estes retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma entidade se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida.
- Exposição ou direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3 Base de consolidação--Continuação

- A capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar o valor de seus retornos.

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle elencados acima. Eventual alteração na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Para a consolidação, os seguintes critérios são adotados: (i) são eliminados os investimentos em empresas controladas, bem como os respectivos resultados das equivalências patrimoniais e (ii) os lucros provenientes de operações realizadas entre as empresas, assim como os correspondentes saldos de ativos e passivos, são eliminados. (iii) as informações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que da Companhia, utilizando políticas contábeis consistentes.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as seguintes empresas:

Empresa	País	Participação direta	
		31/12/2025	31/12/2024
Consórcio AXS Energia Unidade 10	Brasil	100,00%	100,00%

O consórcio, entidade controlada, têm como atividade preponderante a locação de usina fotovoltaica para compartilhamento dos direitos econômicos da energia gerada entre os consorciados.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

2.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5 Instrumentos financeiros--Continuação

2.5.1. Ativos financeiros

Classificação inicial

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como (i) subsequentemente mensurados ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia tem ativos classificados apenas nas categorias (i) e (iii).

Mensuração subsequente

A Companhia classifica seus ativos para fins de mensuração subsequente como (i) ativos financeiros ao custo amortizado e (ii) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: esses ativos são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. São inclusos neste grupo o contas a receber de clientes, outros direitos realizáveis e realizáveis a longo prazo.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5 Instrumentos financeiros--Continuação

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que se espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

2.5.2. Passivos financeiros

Classificação inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5 Instrumentos financeiros--Continuação

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, obrigações de arrendamento, contas a pagar a partes relacionadas, e outras obrigações a pagar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. A Companhia não tem passivos classificados nesta categoria.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: categoria mais relevante para a Companhia. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.5.3. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6 Créditos a receber de clientes e créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD". Na prática são normalmente reconhecidas ao valor faturado, ajustado pela provisão para impairment, se necessária conforme os valores demonstrados na nota explicativa nº 5.

2.7 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens.

A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, conforme as taxas descritas na nota explicativa nº 8.

Os ganhos e as perdas de alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos em " Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado.

2.8 Custos de Empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela Entidade relativos ao empréstimo.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

2.9.1. Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

2.9.2. Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, A Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir A Companhia exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9 Arrendamentos--Continuação

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental nominal na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.9.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor para arrendamentos de equipamentos de escritório. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.10 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11 Provisões

As provisões para perdas com ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui provisões para perdas (trabalhista, civil e tributária).

2.12 Impostos

Sobre serviços

As receitas da Companhia estão sujeitas a determinados tributos e contribuições (apresentados como deduções das receitas para fins de apresentação das receitas líquidas), os quais são arrecadados em nome da autoridade fiscal e não resultam em aumento do patrimônio líquido da Companhia, como resumido a seguir:

Tributo	Descrição	Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65%
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60%
ISSQN	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (variável)	2,00% a 5,00%

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12 Impostos--Continuação

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. A despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes é calculada com base nas Leis e nos normativos tributários promulgados na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros, às alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício..

A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13 Apuração do resultado e reconhecimento da receita

O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, sendo a receita de venda reconhecida no resultado do exercício quando os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos para os clientes. A receita compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia avalia as transações de receitas de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

2.14 Classificação entre circulante e não circulante

A Companhia apresenta seus ativos e passivos no balanço patrimonial como circulante e não circulante. Um ativo é classificado como corrente quando espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade, o qual é de 12 meses. Ou ainda, que seja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado. Caixa e equivalente são considerados correntes, exceto se houver alguma vedação a seu uso em prazo inferior a 12 meses. Os demais ativos são classificados no não circulante.

Passivos são classificados no circulante quando sua liquidação deve ocorrer durante o ciclo operacional da Companhia (12 meses), ou ainda, se a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação por pelo menos 12 meses a partir da data do balanço.

2.15 Apresentação de valores de exercícios correspondentes

Para fins de comparabilidade, os saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram reclassificados para melhor comparabilidade com a apresentação adotada no exercício corrente, segregando-se os valores de tributos a recuperar de outros ativos no balanço patrimonial.

	Saldo anterior (Original) – 31/12/2024	Reclassificação	Saldo reclassificado – 31/12/2024	Justificativa
Ativo circulante				
Tributos a recuperar	-	255	255	Abertura para explicação em NE
Outros ativos	3.601	(255)	3.346	Abertura para explicação em NE
	<u>3.601</u>	<u>-</u>	<u>3.601</u>	Impacto neutro

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

As alterações não tiveram impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Norma	Descrição	Aplicável para períodos de relatórios iniciados em ou após:
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	01/01/2027
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7	Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros & Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	01/01/2026
Volume 11 - IFRS	Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS	01/01/2026

A administração da Companhia está avaliando as referidas alterações, mas não são esperados impactos significativos nas demonstrações financeiras.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17 Normas emitidas, mas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements - PFS) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em outros padrões.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. Os impactos materiais iniciais esperados sobre as demonstrações financeiras da Companhia são os seguintes:

- Serão incluídas novas divulgações, compreendendo: (a) medidas de desempenho definidas pela administração (*Management-defined performance measures* - MPMs); (b) despesas específicas por natureza, caso as despesas sejam apresentadas por função na categoria operacional da demonstração do resultado; e (c) uma conciliação, para cada linha da demonstração do resultado, entre os valores reapresentados de acordo com a IFRS 18 e os montantes anteriormente apresentados de acordo com a IAS 1 (CPC 26 (R1)).
- Os juros recebidos e os juros pagos passarão a ser classificados, respectivamente, nas atividades de investimento e atividades de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, conforme o CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

No Brasil, o CPC 26 será substituído pelo CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18).

3. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Bancos conta movimento	42	170	42	170
Aplicações financeiras – (i)	-	-	370	-
	42	170	412	170

- (i) As aplicações financeiras possuem liquidez imediata. São representadas por: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB”); (ii) títulos emitidos de operações compromissadas pelas instituições financeiras de primeira linha, que rendem em média 85% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). As aplicações são classificadas como equivalente de caixa, conforme a descrição do CPC 03 (R2).

4. Fundo de liquidez

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Fundo de liquidez – (i)	22.378	142.757
	22.378	142.757

- (i) O saldo composto em Fundo de liquidez trata-se dos valores retidos em conta específica e representa o saldo de 3 vezes o valor da próxima parcela de juros e amortização da dívida e serve como uma garantia em caso na Companhia não ter caixa para o cumprimento da obrigação pecuniária. O saldo também é composto em Fundo de Obras, trata-se dos valores ainda não utilizados e liberados para o andamento da construção das Usinas Fotovoltaicas, e são liberados de tempos em tempos, após a comprovação do avanço das obras.

5. Créditos a receber

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Consoiciados - GD	662	-
Provisão para perdas de crédito	(18)	-
	644	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

5. Créditos a receber--Continuação

Os montantes a receber, líquidos da provisão para perdas de crédito, configuram a exposição máxima ao risco de crédito da Companhia. O risco de crédito das contas a receber é oriundo da possibilidade de a Companhia não receber valores decorrentes da energia contratada pelos consorciados. A provisão de riscos de crédito foi calculada com base nas premissas do histórico de perdas e grau de recuperabilidade. A provisão para riscos de recebimento de créditos é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a abertura de vencimento dos saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024
Valores a vencer	314	-
Vencidos		
Até 30 dias	195	-
Entre 31 e 60 dias	84	-
Entre 61 e 90 dias	52	-
Entre 91 e 180 dias	17	-
	662	-
Provisão para perdas de crédito	(18)	-
	644	-

6. Transações com partes relacionadas

As operações são realizadas em condições específicas acordadas entre as partes. Os saldos patrimoniais são assim demonstrados:

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo					
Não circulante					
AXS Energia Unidade 10	Reembolso de despesas	238	728	238	728
Consórcio 10	Reembolso de despesas	241	-	-	-
Total do ativo não circulante		479	728	238	728
Total do ativo		479	728	238	728

6. Transações com partes relacionadas--Continuação

	Natureza	Controladora		Consolidado	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Passivo					
Circulante					
Araxá Engenharia	Aquisição imobilizado (i)	-	3.715	-	3.715
Total do passivo circulante		-	3.715	-	3.715
Não circulante					
AXS Energia Unidade 10	Reembolso de despesas	20.547	4.275	20.547	4.275
AXS Energia Unidade 10	Mútuo (iii)	-	77.026	-	77.026
AXS Energia S.A.	Reembolso de despesas	27	1.649	682	1.649
Consórcio 10	Reembolso de despesas	1	-	-	-
Total do passivo não circulante		20.575	82.950	21.229	82.950
Total do passivo		20.575	86.665	21.229	86.665

Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

- (i) O valor relativo a Araxá Engenharia, subsidiária da Araxá Participações, acionista das empresas do Grupo AXS, refere-se à medição de serviços realizados para a construção de geradores fotovoltaicos para a construção das usinas fotovoltaicas, valores estes que serão quitadas no prazo máximo de 180 dias.

Araxá Engenharia

Transações ocorridas durante o exercício

Aquisições de materiais/serviços

87.962

- (ii) A Companhia possui transações com a Araxá Serviços, responsável pelos serviços de Operação & Manutenção das Usinas Fotovoltaicas que já se encontram em operação.

Araxá Serviços

Transações ocorridas durante o exercício

Aquisições de materiais/serviços

185

6. Transações com partes relacionadas--Continuação

(iii) Mútuos aportados pela controladora AXS Energia Unidade 10 para investimento nas subsidiárias e, posteriormente, parte do valor integralizado no capital social. O montante foi liquidado durante o exercício de 2025.

	Mútuos AXS Energia Unidade 10
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Captação de recursos	77.026
Saldo em 31 de dezembro de 2024	77.026
Captação de recursos	1.504
Conversão de mútuos em AFAC	(78.530)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	-

6.1 Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os quatro diretores executivos e um conselho consultivo composto por cinco integrantes, é controlado diretamente na AXS Energia S.A, corresponde a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários, sendo compreendida por: (i) pró-labore ou honorário pago à diretoria e aos membros do Conselho de Administração; (ii) outros benefícios, como plano de saúde; remuneração variável, de acordo com o cumprimento de objetivos coletivos e individuais definidos pela Companhia. Ainda possui planos de remuneração em caso de rescisão e incentivos de longo prazo.

7. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
PIS & COFINS	250	-	250	-
Outros tributos	1.391	255	1.391	255
	1.641	255	1.641	255

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado

	Controladora e Consolidado			Total
	Usinas fotovoltaicas ¹	Outros	Imobilizado em curso	
Taxa de depreciação	3,33% a 10%	10%		
Em 31 de dezembro de 2024				
Custo	-	-	144.443	144.443
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Valor líquido contábil	-	-	144.443	144.443
Adições (i)	-	-	159.108	159.108
Reclassificações	34.295	-	(34.295)	-
Depreciação	(511)	-	-	(511)
Em 31 de dezembro de 2025	33.784	-	269.256	303.040
Custo	34.295	-	269.256	303.551
Depreciação acumulada	(511)	-	-	(511)
Valor líquido contábil	33.784	-	269.256	303.040

¹refere-se às UFVs, equipamentos de propriedade da Companhia que são locados aos consórcios de geração de energia.

- (i) Durante o exercício de 2025, foram capitalizados, a título de custos de transação, valores no montante de R\$ 29.299, operação que não envolveu movimentação de caixa.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

	Controladora e Consolidado			Total
	Usinas fotovoltaicas	Outros	Imobilizado em curso	
Taxa de depreciação	3,33% a 10%	10%		
Em 31 de dezembro de 2023				
Custo	-	-	-	-
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Valor líquido contábil	-	-	-	-
Adições	-	-	144.443	144.443
Em 31 de dezembro de 2024	-	-	144.443	144.443
Custo	-	-	144.443	144.443
Depreciação acumulada	-	-	-	-
Valor líquido contábil	-	-	144.443	144.443

9. Direito de uso

Na adoção inicial a mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento. A amortização é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possui 15 contratos ativos (15 em 31 de dezembro de 2024) de locação de terras para construção e operação das usinas fotovoltaicas, os quais foram classificados como arrendamento mercantil.

A taxa média de captação do período de cada contrato foi utilizada como taxa de desconto. Tal método gerou a taxa média aproximada de 11% a.a.

9.1 Direito de uso

A Companhia detém contratos de arrendamento de ativos dos terrenos onde se localizam a construção das Usinas Fotovoltaicas. O prazo médio de arrendamento é de trinta anos e pode ser prorrogado a qualquer momento.

	Direito de uso
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Remensurações	22.492
Amortização	(568)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	21.924
Remensurações	1.264
Amortização	(801)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	22.387

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

9. Direito de uso--Continuação

9.2 Passivo de arrendamento

	Passivo de arrendamento
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Remensurações	22.492
Encargos	1.377
Contraprestação paga	(1.792)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	22.077
Ajustes contratuais	337
Remensurações	1.264
Encargos	1.412
Contraprestação paga	(1.744)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	23.346
Circulante	2.705
Não circulante	20.641

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa média de empréstimo da Companhia. Os saldos têm vencimento conforme segue:

	31/12/2025
Vencimento em 1 ano	2.705
Vencimento entre 1 e 2 anos	2.815
Vencimento entre 2 e 3 anos	2.929
Vencimento entre 3 e 4 anos	3.047
Vencimento entre 4 e 5 anos	3.170
Vencimento superior a 5 anos	8.680
	23.346

10. Empréstimos e financiamentos

	Encargos	Data de captação	Vencimento	Valor captado	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures – AXS GO	IPCA + 10,4%	Set/24	Dez/41	196.000	234.720	203.694
(-) Custos de transação	-	-	-	-	(15.559)	(8.827)
					219.161	194.867
Circulante					-	-
Não circulante					219.161	194.867

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está apresentada abaixo:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-
Captação, líquido dos custos	187.173
Juros incorridos/provisionados	7.694
Saldo em 31 de dezembro de 2024	<u>194.867</u>
Custos de transação capitalizados	(6.847)
Amortização custos de transação	260
Juros incorridos/provisionados	30.881
Saldo em 31 de dezembro de 2025	<u>219.161</u>

O cronograma de vencimento dos empréstimos e financiamentos é demonstrado a seguir:

	Consolidado
A vencer até 1 ano	-
A vencer de 1 ano até 2 anos	6.662
A vencer de 2 ano até 3 anos	6.932
A vencer acima de 3 anos	205.567
	<u>219.161</u>

Cláusulas restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas, sendo os principais: (i) ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida); (ii) Caixa mínimo.

Em 31 de dezembro de 2025, a Administração do Grupo não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social subscrito, é de R\$ 10.000 (R\$ 10.000 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente integralizado, em moeda corrente nacional. As ações representativas do capital social da Companhia pertencem integralmente à AXS Energia Unidade 10 S.A.

Adiantamento para futuro aumento de capital

Durante o exercício de 2025, foi realizado um adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 78.530 pela controladora AXS Energia Unidade 10 S.A.

12. Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional bruta				
Receita de geração distribuída	-	-	1.527	-
	-	-	1.527	-
Deduções da receita operacional				
Cancelamentos	-	-	(203)	-
Descontos incondicionais	-	-	(7)	-
	-	-	(210)	-
	-	-	-	-
	-	-	1.317	-

13. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2024
Custos dos serviços prestados	(641)	-	(942)	-
Despesas comerciais	(47)	-	(673)	-
Despesas gerais e administrativas	(12)	-	(12)	-
	(700)	-	(1.627)	-
Depreciação	(511)	-	(511)	-
Encargos de uso da rede elétrica	(107)	-	(408)	-
Comissão sobre vendas	(47)	-	(655)	-
Serviços de O&M	(203)	-	(203)	-
Despesas com perda de receita	-	-	(18)	-
Amortização direito de uso	(35)	-	(35)	-
Seguros	(27)	-	(27)	-
Serviços de vigilância	-	-	-	-
Crédito de PIS e COFINS	242	-	242	-
Outros	(12)	-	(12)	-
Compartilhamento de despesas	-	-	-	-
	(700)	-	(1.627)	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras				
Rendimentos financeiros	140	-	140	-
Juros recebidos	-	-	3	-
Outras receitas	3	-	3	-
	143	-	146	-
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(1.230)	-	(1.230)	-
Custos de transação s/ empréstimos	(187)	-	(187)	-
Juros sobre mútuos	(174)	-	(174)	-
Juros sobre arrendamentos	(55)	-	(55)	-
Outras receitas (despesas)	303	-	(90)	-
	(1.343)	-	(1.736)	-
	(1.200)	-	(1.590)	-

15. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas não possuem quaisquer outras operações com instrumentos financeiros que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. A Companhia e suas controladas operam com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras, contas a pagar a fornecedores, financiamentos, e mútuos com partes relacionadas.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Companhia, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de Aplicações Financeiras estabelecida pela Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

15.1 Fatores de riscos financeiros

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

15. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

A gestão de risco é realizada pela administração da Companhia. A administração identifica, avalia e protege a mesma contra eventuais riscos financeiros, bem como estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Companhia, seus objetivos, políticas e processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Risco de mercado

Risco cambial

A Companhia não apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira, porém está exposta ao risco cambial indiretamente pelo efeito no custo de aquisição na construção das usinas.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de créditos a clientes/consorciados, incluindo contas a receber em aberto. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela diretoria executiva. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas unidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento financeiro. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito.

15. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Risco de liquidez--Continuação

O excesso de caixa mantido pelas unidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido. A administração investe o excesso de caixa em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. O fluxo por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento e está sendo demonstrado nas respectivas notas explicativas de cada rubrica.

Controladora					
31/12/2025					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	175	-	-	-	175
Empréstimos e financiamentos	-	6.662	6.932	205.567	219.161
Partes relacionadas	-	20.575	-	-	20.575
Passivo de arrendamento	2.705	2.815	2.929	14.897	23.346
	2.880	30.052	9.861	220.464	263.257

Controladora					
31/12/2024					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	14	-	-	-	14
Empréstimos e financiamentos	-	5.862	6.735	177.970	190.567
Partes relacionadas	3.715	82.950	-	-	86.665
Passivo de arrendamento	395	2.635	2.980	16.067	22.077
	4.124	91.447	9.715	194.037	299.323

Consolidado					
31/12/2025					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	294	-	-	-	294
Empréstimos e financiamentos	-	6.662	6.932	205.567	219.161
Partes relacionadas	-	21.229	-	-	21.229
Passivo de arrendamento	2.705	2.815	2.929	14.897	23.346
	2.999	30.706	9.861	220.464	264.030

Consolidado					
31/12/2024					
	Até um ano	De um a dois anos	Entre dois e três anos	Acima de 3 anos	Total
Fornecedores	14	-	-	-	14
Empréstimos e financiamentos	-	5.862	6.735	177.970	190.567
Partes relacionadas	3.715	82.950	-	-	86.665
Passivo de arrendamento	395	2.635	2.980	16.067	22.077
	4.124	91.447	9.715	194.037	299.323

15. Instrumentos financeiros e gestão de risco--Continuação

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos.

Com base no boletim FOCUS de dezembro de 2025 foi extraído a projeção do indexador IPCA para o ano de 2026 e este definido como cenário provável, a partir deste calculadas variações de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta.

Em 31 de dezembro de 2025:

Operação	Risco	Controladora e Consolidado					
		31/12/2025	Queda 50%	Queda 25%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos e financiamentos	IPCA	219.161	5.548	6.657	8.876	11.095	13.314
		219.161	5.548	6.657	8.876	11.095	13.314
Indexador	IPCA		2,53	3,04	4,05	5,06	6,08

16. Seguros

Os ativos imobilizados da Companhia estão garantidos por contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.